

Aspectos psicológicos da judicatura: o julgar

Ivo Oscar Donner*

O juiz ocupa um lugar de destaque em nossa sociedade; prestígio, poder e honras são algumas das benesses associadas ao cargo; responsabilidade, pressão psicológica e estresse são alguns dos desafios que seus ocupantes enfrentam.

O propósito deste artigo é examinar a questão do julgar a partir do ponto de vista da Psicologia, primeiramente, demonstrando que a carga psicológica associada ao julgar é, de longa data, reconhecida pelos observadores mais atentos e chamando a atenção para o conflito constante que acompanha o ato de julgar. Posteriormente sugerindo alguns meios pelos quais aqueles encarregados de tão importante missão podem utilizar para ter a energia necessária ao seu bom desempenho mantendo sua qualidade de vida.

O julgamento, ou melhor, a capacidade de julgar parece ser o ato ou o fato responsável pela expulsão do homem de seu paraíso terrestre, pois, no livro do Gênesis¹, Deus adverte ao homem dizendo: “mas do fruto da árvore que está no meio do jardim, (a do conhecimento do bem e do mal) disse Deus: Dele não comereis, nem tocareis nele para que não morrais.”

A serpente, porém, em seu papel de tentar o homem, garante que esse não morreria, mas se tornaria como Deus, coisa que Ele próprio confirma ao dizer: “... Eis que o homem se tornou como um de nós, conhecedor do bem e do mal...”

Ora, aquele que conhece e distingue o bem do mal julga. Aquele que julga sem o conhecimento ou a autorização devida comete grave erro e atrai para si o peso de um julgamento semelhante ao que exerceu, pois assim nos adverte Jesus Cristo quanto ao juízo temerário: “Não julgueis e não sereis julgados. Não condeneis e não sereis condenados.”

É claro que o ato de julgar dos juizes, em todas as suas instâncias, nada tem de temerário, pois os mesmos julgam segundo leis e princípios estabelecidos pela sociedade à qual servem, porém o julgar traz em

si uma carga psicológica intensa e, na maioria das vezes, aquele que a suporta vive o distanciamento que o poder cobra daqueles aos quais agracia. Existe, portanto, no julgamento uma força subjetiva que, certamente, exerce profunda influência sobre a estrutura psicológica daquele que julga.

A autorização para julgar era, no princípio, dada diretamente por Deus e aquele que julgava se tornava Seu representante direto.

Podemos dizer então que o juiz, ao cumprir sua função de julgar, representa a Deus, mas, pela condição humana, carrega consigo todas as fraquezas a que estão sujeitos todos os seres humanos. Vivencia, portanto, uma luta constante.

Quanto maior a força que alguém representa, quanto maior o poder que alguém tem, mais energia se exigirá de seu aparelho psíquico para suportar essa representação e esse poder.

A condição de combatente das próprias fraquezas é a tarefa dada pelo Senhor Krishna a Arjuna, conforme relata o Bhagavad Gita²; texto sânscrito sagrado.

O jovem príncipe Arjuna perdeu seu trono e reino, usurpados por seus parentes. Desanimado, recusa-se a lutar pela reconquista.

Aparece então Krishna e faz ver a Arjuna que deve reconquistar o seu trono e reino, mesmo matando os usurpadores.

Alguns intérpretes, mesmo orientais, vêem nas palavras de Krishna um convite para uma guerra justa, em sentido físico, tomando suas palavras literalmente.

Outros, porém — entre eles Rabindranath Tagore, Mahatma Gandhi e outros iniciados — interpretam as palavras de Krishna em sentido simbólico, como aliás toda a luta de Arjuna contra os usurpadores, entendendo que Arjuna é o Eu humano cujo reino foi usurpado pelo ego, e Krishna é o Eu plenamente realizado, que convida Arjuna a fazer a sua auto-realização, derrotando seus

*Psicólogo, mestre em Psicologia pela UnB, professor universitário há 18 anos e consultor de recursos humanos

¹Gn. 3, 3.

²Krishna, 2003, Bhagavad Gita, coleção a obra-prima de cada autor, comentários Humberto Rohden, Martin Claret, São Paulo, SP.

parentes — os sentidos, a mente e as emoções —, que, no homem profano, usurpam injustamente o domínio do divino Eu.

E, como essa reconquista só e possível pelo conhecimento da verdadeira natureza humana, os 18 capítulos do Bhagavad Gita se resumem numa extensa explicação do autoconhecimento humano, indispensável para a sua auto-realização.

O juiz, antes de sê-lo, é humano e como humano pensa, age e sofre das dúvidas e conflitos comuns a todos os outros seres humanos, porém, ao ser investido pela sociedade do poder de julgar seus semelhantes torna-se um ser diferenciado, diferença essa que, se por um lado traz honras e respeito, por outro traz o peso de arcar com os bônus e os ônus de tomar decisões que afetam diretamente o andamento de vidas e histórias.

Podemos dizer que o juiz, assim como Arjuna, deverá constantemente combater em si mesmo os sentidos, a mente, as emoções, e os enganos do poder, condição essencial para que possa exercer o cargo com a imparcialidade necessária.

O fator de poder, por sua vez, conforme definido por W. Halstead³, é um aspecto da inteligência que *energiza* indiretamente outros fatores dessa mesma inteligência e reflete o nível total de eficiência do cérebro em funcionamento.

Se o poder, do qual o juiz está investido por profissão, desempenha um papel tão fundamental sobre a personalidade, podemos dizer que esta, a personalidade, terá os conflitos existentes em todos os seres humanos amplificados.

O relato bíblico de Moisés investido da função de juiz dá uma idéia do peso que a profissão representa psicologicamente. Observemos o diálogo:

No dia seguinte assentou-se Moisés para julgar o povo; e o povo estava em pé diante de Moisés desde a manhã até o pôr-do-sol.

Vendo, pois, o sogro de Moisés tudo o que ele fazia ao povo, disse: Que é isto que fazes ao povo? Por que te assentas só, e todo o povo está em pé diante de ti, desde a manhã até o pôr-do-sol?

Respondeu Moisés a seu sogro: É porque o povo me vem a mim para consultar a Deus:

Quando têm alguma questão, vêm, a mim, para que eu julgue entre um e outro e lhes declare os estatutos de Deus e as suas leis.

O sogro de Moisés, porém, lhe disse: Não é bom o que fazes.

Sem dúvida, desfalecerás, tanto tu como este povo que está contigo; pois isto é pesado demais para ti; tu só não o podes fazer.

Ouve, pois, as minhas palavras; eu te aconselharei, e Deus seja contigo; representa o povo perante Deus, leva as suas causas a Deus,

Ensina-lhes os estatutos e as leis e faze-lhes saber o caminho em que devem andar e a obra que devem fazer.

Procura dentre o povo homens capazes, tementes a Deus, homens de verdade, que aborreçam a avareza; põe-nos sobre eles por chefes de mil, chefes de cem, chefes de cinquenta e chefes de dez;

Para que julguem este povo em todo tempo. Toda causa grave trarão a ti, mas toda causa pequena eles mesmos julgarão; será assim mais fácil para ti, e eles levarão a carga contigo.

Se isto fizeres, e assim Deus to mandar, poderás, então, suportar; e assim também todo este povo tornará em paz ao seu lugar.

Moisés atendeu as palavras de seu sogro e fez tudo quanto este lhe dissera.

Escolheu Moisés homens capazes, de todo o Israel, e os constituiu por cabeças sobre o povo: chefes de mil, chefes de cem, chefes de cinquenta e chefes de dez.

Estes julgaram o povo em todo tempo; a causa grave trouxeram a Moisés e, toda causa simples julgaram eles.

Então, se despediu Moisés de seu sogro, e este se foi para a sua terra.

Observa-se no conselho de Jetro duas qualidades que devem possuir os homens escolhidos para a tarefa de julgar, a saber, serem tementes a Deus e serem capazes.

Também Salomão, ao sentir o peso da responsabilidade de julgar seu povo, pede a Deus conhecimento e sabedoria⁴, pois entende que a missão é complexa e exige muito de quem a assume.

Trazendo a questão para os dias atuais, podemos dizer que conhecimento e sabedoria continuam

³ Cabral, A. e Nick E., 2001, Dicionário Técnico de Psicologia 12. ed., Cultrix, São Paulo, SP.

⁴ 2 Cr. 1, 10.

sendo os dois requisitos mais importantes para o cargo de juiz.

O conhecimento é, ou deveria ser, primeiramente fornecido pelos estudos realizados durante o curso de Direito. Esse requisito é sempre testado, quer seja no exame da OAB, que visa selecionar aqueles que tiveram boa formação daqueles que apenas concluíram o curso de Direito, quer seja nas exigências para ser aprovado em um concurso que é, sabidamente, um dos mais difíceis, porém o segundo requisito, a sabedoria, é bem mais difícil de ser verificado.

A Sabedoria, segundo o dicionário Aurélio, é um conhecimento inspirado nas coisas divinas e humanas. Vemos nessa definição, mais uma vez, a necessidade do juiz ser uma pessoa com uma característica de força mental muito grande.

A questão da sabedoria implica, portanto, na ética do julgamento assunto que ocupa um ponto central no pensamento humano desde os primórdios da civilização. Nos dias atuais, muito se fala da questão ética, porém talvez seja a época em que mais se observam altos magistrados acusados ou suspeitos de envolvimento em casos de corrupção e falta de ética.

Levanta-se então uma questão importante que é saber onde os juízes ou aspirantes ao cargo devem buscar a sabedoria necessária ao desempenho da função.

A aquisição da sabedoria e, portanto, da ética é, em primeiro lugar, uma questão vivencial. Em segundo lugar observamos que, para adquirir sabedoria, a paciência é o caminho que nos apontam tanto os orientais que a associam à longevidade quanto os estudos ocidentais que, recentemente, se voltam para a qualidade de vida em diversas situações, mas principalmente no trabalho.

No nosso mundo globalizado e informatizado, em que o ser humano é convidado a funcionar na velocidade de nano segundos para acompanhar o desempenho de computadores cada vez mais velozes, cultivar a paciência parece ser perda de tempo ou produtividade, porém é importante ressaltar que sem ela a nossa observação do mundo se torna parcial e imprecisa.

Juízes submetidos a uma carga de trabalho onde os processos a serem julgados aumentam exponencialmente muitas vezes não terão a energia e a força

psíquica necessárias para o exercício da paciência, caindo, por isso mesmo, na ilusão enganadora do poder, onde, às vezes, decisões são tomadas politicamente, contrariando valores pessoais. Nesse tipo de situação, a ansiedade e a angústia aumentarão proporcionalmente causando danos à saúde.

A situação se agrava ainda mais quando o magistrado perde o entusiasmo e a motivação para o trabalho, fazendo-o então apenas mecanicamente, caso em que a sensibilidade necessária para um bom julgamento do lado humano da questão fica prejudicada.

Os juízes, tanto quanto outros profissionais, devem cuidar de seu bem-estar físico e mental através de uma constante observação e atenção. A saúde física normalmente recebe cuidados, pois, embora não tenhamos o hábito de perceber os sintomas de saúde, distúrbios em seu funcionamento provocam sinais de alerta que costumam ser imediatamente atendidos, porém como perceber a saúde mental?³

Uma mente saudável se traduz em alegria de viver, convívio social satisfatório e riqueza de pensamentos. Essa condição pode ser atingida com o uso de técnicas da psicologia que auxiliam o indivíduo na direção do autoconhecimento. Em alguns casos, a psicoterapia de apoio, em que o juiz possa dividir e compartilhar com um profissional treinado suas angústias e sofrimentos, seus conflitos e dúvidas sobre suas atitudes e pensamentos, pode auxiliá-lo a reencontrar a paciência e a sensibilidade necessárias à manutenção de uma saúde mental que o auxilie a amplificar sua energia vital e seu entusiasmo no desempenho de sua profissão.

Finalizando, podemos dizer que o julgar do juiz, enquanto profissão ocupa de maneira total sua subjetividade, integrando, de forma estruturadora sua personalidade.

³ Estamos aqui utilizando o termo saúde mental não como oposto à patologia mental ou psicopatologia, mas sim no sentido de perceber que o bom funcionamento do organismo depende de uma vida psíquica rica e produtiva, ou seja, a mente como produtora de saúde.